

Ariès, Philippe — *História Social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Lana Lage da Gama Lima  
Universidade Federal Fluminense

*L'Enfant et la vie familiale sous l' Ancien Régime* foi apresentado ao leitor brasileiro através da tradução de uma versão abreviada, publicada pelas Editions du Seuil, de Paris, em 1975. Nessa edição, a segunda parte do livro, intitulada *A vida escolástica*, foi praticamente eliminada. Dos oito capítulos que compõem o original, um deles — *Do externato ao internato* — foi totalmente suprimido, enquanto os outros foram reduzidos de forma drástica (o capítulo 6 — *As "pequenas escolas"* — passou a ter exatamente 14 linhas), mantendo-se intacto o texto da conclusão geral.

Esse corte, cuja lógica não conseguimos perceber, prejudicou o equilíbrio da obra, privando o leitor de acompanhar, através da criação e das transformações do mundo escolar, o surgimento e consolidação do sentimento de infância. Desse modo, o livro se apresenta desfalcado de um dos dois campos de pesquisa e reflexão fundamentais para o desenvolvimento da questão que propõe: como e quando foi criada a idéia moderna de infância. O outro campo — o mundo familiar — é tratado na terceira parte do livro, felizmente reproduzido de forma integral.

Na primeira parte, o autor reflete sobre a consciência que cada época tem das "idades da vida", concluindo que a descoberta da infância se inicia no século XIII e sua evolução pode ser acompanhada, através da iconografia, entre os séculos XIV e XVI, mas que é durante o século XVII que os sinais de seu desenvolvimento se tornam mais abundantes e mais significativos.

Philippe Ariès, apesar de considerar-se historiador de fim de semana, mantendo sua ocupação como especialista em técnicas de informação sobre agricultura tropical, tornou-se, sem a menor sombra de dúvida, um nome fundamental na história social francesa, particularmente entre os que se

dedicam ao estudo das mentalidades. Temas como a infância, a educação, o casamento, o amor e a morte têm merecido sua atenção, e dado origem a trabalhos que conjugam uma profunda erudição com uma inteligência brilhante, como *L'Homme devant la mort*, editado na França em 1977 e traduzido no Brasil, pela Francisco Alves, em 1981/82.

No prefácio à reedição francesa da *História Social da criança e da família*, Ariès tece algumas observações acerca de sua obra e da repercussão que teve nos meios acadêmicos. De início, destaca as duas teses centrais que presidiram seu trabalho. Em primeiro lugar, uma interpretação das sociedades tradicionais: nelas, a infância se reduzia ao seu período mais frágil, mal adquiria algum desembaraço físico, a criança se misturava aos adultos. Sua socialização se fazia fora da família, que tinha como missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana e a proteção da vida, sem que isso implicasse uma relação afetiva entre seus membros. As trocas de afeto e a socialização se davam num meio muito mais amplo, através da vida comunitária com suas festas, jogos e cerimônias coletivas. A segunda tese pretende mostrar o novo lugar assumido pela criança nas sociedades modernas. Essa mudança é acompanhada, como já observamos, através do exame de duas instituições: a escola e a família. Vemos, então, como os colégios são criados e pouco a pouco se tornam o meio de educação por excelência. A criança é separada dos adultos, numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa mudança constitui uma das faces do movimento de moralização promovido pelos reformadores católicos e protestantes em fins do século XVII. Por outro lado, a família torna-se lugar de afeição necessária, expressa sobretudo pela importância que se passou a atribuir à criança e à sua educação. No início do século XVIII, Ariès observa, na França, o recolhimento da família longe da vida coletiva, numa casa melhor preparada, por sua nova concepção arquitetônica, para a intimidade e a privatização. É interessante notar que o autor se refere sempre à família nuclear, contribuindo para a crítica do mito da família extensa, que, segundo ele, só teria existido em épocas e situações muito específicas.

Antes de examinarmos, de modo sucinto, as principais conclusões de Ariès em cada uma das partes de seu livro, gostaríamos de chamar a atenção para o que consideramos sua grande contribuição a nível da metodologia: a utilização fecunda das fontes iconográficas. *História Social da criança e da família* constitui uma verdadeira aula sobre a importância da imagem para o historiador e as formas de leitura desse tipo de fonte. Ariès estabelece cruzamentos extremamente eficazes entre esse material e os testemunhos escritos, entre os quais privilegia diários, cartas, memórias e outros relatos de caráter íntimo e pessoal. Esse trabalho de verdadeiro tecelão foi também realizado em seu estudo sobre a morte, já referido.

O *sentimento da infância* é o título da primeira parte da obra, onde Ariès analisa a concepção das idades da vida expressa em *Le Grand Propriétaire de Toutes les Choses*, compilação latina do séc. XIII reeditada em francês em meados do séc. XVI, e nas ilustrações dos calendários, concluindo que a cada época corresponde uma periodização particular da vida humana. Em seguida, examina a evolução da representação pictórica da criança, desde os adultos miniaturizados da Idade Média, passando pela infância sacra e pelos *putti*, até chegar ao retrato do século XVII. Vemos, então, que apesar das condições demográficas terem se mantido mais ou menos estáveis entre os séculos XII e XVII, com persistência das altas taxas de mortalidade infantil, uma nova sensibilidade surgiu a partir desse último século em relação à criança, cuja perda passou a ser sentida de forma mais dolorosa.

O *traje das crianças* constitui um capítulo encantador, em que a diferenciação progressiva do vestir infantil é associada ao desenvolvimento do próprio sentimento da infância. Ariès observa que esse processo se dá em primeiro lugar entre as famílias nobres e burguesas e, de início, atinge apenas os meninos. As meninas ficarão por mais tempo à margem desse sinal de segregação que é o traje infantil, assim como permanecerão por longo período afastadas da escola, instituição segregadora por excelência.

Outro capítulo extremamente interessante é o que trata dos jogos e brincadeiras. Ariès acompanha, seguindo a linha geral do livro, a diferenciação progressiva dos jogos e brincadeiras infantis a partir das atividades de lazer que, a princípio, eram praticadas por toda a coletividade. Uma das fontes mais importantes para essa pesquisa foi o diário de Heroard, médico de Luiz XIII, sobre a infância do monarca.

A primeira parte do livro se encerra com uma apreciação das transformações verificadas no tocante à moralidade da criança. Progressivamente passa-se a poupar a criança de brincadeiras ou atitudes diretamente ligadas à sexualidade, prescrevendo-se uma nova moral que pode ser acompanhada através dos textos destinados à aprendizagem da leitura e da escrita. Uma noção essencial se impôs, no século XVII, abrindo campo para a aplicação efetiva dos conselhos dos moralistas: a da inocência infantil. Essa noção se refletiu também na iconografia e nas práticas religiosas infantis, especialmente com a instituição da primeira comunhão.

Ao final, Ariès conclui que existiram, a princípio, dois sentimentos de infância. Da falta de discernimento da particularidade infantil, característica da sociedade medieval, passou-se a um sentimento da infância associado à aparição da criança que, por sua graça e ingenuidade, tornava-se fonte de distração e relaxamento para o adulto. Esse sentimento foi duramente criticado pelos moralistas que propunham outra concepção da infân-

cia. Concepção que acabou vencendo e se tornando a inspiradora de toda a educação até o século XX. “O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral”.

O primeiro sentimento surgiu no meio familiar; o segundo proveio de eclesiásticos, homens da lei ou moralistas preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esse sentimento foi, aos poucos, contaminando também a vida familiar, e no século XVIII, um novo elemento veio se somar a ele: a preocupação com a higiene e a saúde física.

Ao examinar a instituição escolar, o autor parte da observação da mistura absoluta de idades das escolas medievais para a análise de uma instituição nova: o colégio. Acompanha, então, a progressiva organização interna da vida colegial, com a separação das classes, das matérias e das faixas etárias e com a instauração de um regime disciplinar inspirado na vida monástica. Ariès mostra que a partir do século XV, e sobretudo nos séculos XVI e XVIII, o colégio iria dedicar-se essencialmente à educação e à formação da juventude. No fim do século XVIII, o ciclo escolar era bastante semelhante ao do século XIX, sendo a infância prolongada até o seu final. De início a população escolar coincidia muito menos do que hoje com o contorno das condições sociais. É a partir daquele século que é criado um sistema de ensino duplo: o liceu (ou secundário) para os burgueses e a escola (ou primário) para o povo. Há, portanto, sincronia entre a classe de idade moderna e a classe social: ambas nasceram no fim do século XVIII, com a burguesia.

A família é o tema da última parte do livro. No primeiro capítulo, o autor acompanha o processo de constituição da família moderna através da iconografia, concluindo que o sentimento moderno de família era desconhecido na Idade Média, surgindo nos séculos XV e XVI, para exprimir-se com vigor definitivo no século XVII. Nascida na burguesia, essa nova concepção da vida conjugal se difundiu no restante da sociedade a partir do século XVIII.

Ariès critica os historiadores que concebem a família conjugal moderna como conseqüência de uma evolução que no final da Idade Média teria enfraquecido a linhagem. Referindo-se às pesquisas de Georges Duby observa que a relação entre linhagem e família é mais complexa. A estrutura familiar é marcada por movimentos de dilatação e contração que acompanham as modificações da ordem política: em geral quando o Estado se fortalece, os laços de sangue se afrouxam. O sentimento de família se constrói em torno da família conjugal; a grande família patriarcal é uma invenção dos moralistas do século XIX.

O segundo capítulo trata da aprendizagem, que consistia no costume de enviar as crianças para outras casas para serem educadas através da prática do convívio social e do aprendizado das tarefas domésticas. A substituição dessa instituição pela escola coincide com a valorização dos laços afetivos entre pais e filhos e com a nova moral pregada pelos educadores.

A nova concepção arquitetônica das casas vai, como já referimos, isolar, a partir do século XVIII, a família da promiscuidade da vida coletiva, estreitando os laços entre seus membros. A família passa a excluir os criados, clientes e amigos de sua convivência quotidiana. Paralelamente se dá o progresso da idéia de higiene.

Portanto, até o século XVII, a vida é vivida em público, a família conjugal se mistura à multidão, onde se dá a socialização da criança, é no século XVIII apenas que esse quadro se modifica dando origem à nossa concepção moderna de família.

Na conclusão final do livro, Philippe Ariès caracteriza a família moderna como fenômeno de origem burguesa, fazendo a relação entre o sentimento de família e o sentimento de classe. Observa que no mundo moderno as famílias e as classes se aproximam por sua semelhança moral e identidade de gênero de vida. Ao contrário, o antigo corpo social englobava a maior variedade de condições sociais, que eram mais distinguidas e hierarquizadas quanto mais se aproximavam no espaço. As distâncias morais supriam as distâncias físicas e o rigor dos sinais exteriores de respeito e diferenças de vestuário corrigiam a familiaridade da vida em comum. As pessoas viviam em estado de contraste e a diversidade do mundo social era aceita como dado natural. Mas houve um momento em que a burguesia não suportou mais a pressão da multidão nem o contato com o povo e organizou-se à parte: a justaposição de desigualdades pareceu-lhe intolerável. A nova sociedade burguesa passou a assegurar a cada gênero de vida um espaço reservado cujas características deviam ser respeitadas.

Para Ariès, “o sentimento de família, o sentimento de classe e talvez, em outra área, o sentimento de raça surgem portanto como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade”.

*L'Enfant et la Vie familiale, sous l'Ancien Régime*, além de possuir, como já indicamos, importância fundamental para os que trabalham em História Social, constitui um texto fascinante para o leigo. A riqueza das fontes, o resgate da vida quotidiana, o cuidado em evitar anacronismos num tema tão subjetivo e finalmente, a historização de sentimentos comumente vivenciados como eternos, tornam a obra fonte de prazer e conhecimento para qualquer leitor.

Sentimos, no entanto, ao longo de seus capítulos, a ausência de um arcabouço teórico que sustentasse e esclarecesse melhor a relação que faz entre criança, família, escola e burguesia. Faltou, a nosso ver, inserir essa relação num movimento mais amplo de transformação estrutural da sociedade francesa entre os séculos XVII e XIX. Apenas a simples referência à burguesia como origem dessas mudanças verificadas a nível das mentalidades e das práticas sociais quotidianas, não é suficiente como fator explicativo. Lamentamos, nas análises de Ariès, a ausência de dois elementos essenciais: a questão do trabalho e a da constituição do Estado burguês, com seus novos mecanismos de controle social.

Desse modo, Ariès acaba por fornecer informações da maior importância para a compreensão do movimento global das sociedades, sem fazer, ele próprio, as articulações teóricas que permitiriam explicá-lo a partir da questão que escolheu como ponto de observação.